

A VARIAÇÃO NO DOMÍNIO DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

VARIATION IN THE BRAZILIAN PORTUGUESE CLITIC DOMAIN

Mary A. Kato
(UNICAMP/CNPq)
mary.kato@gmail.com

O objetivo do presente artigo é investigar a variação gramatical, na gramática da criança antes da escolarização e na do adulto letrado, em um domínio que sofreu uma mudança diacrônica substancial: o sistema dos clíticos. A hipótese que sustenta este trabalho é que a criança, antes da escolarização, só apresenta formas determinadas pela aprendizagem por seleção, enquanto, após o início da escolarização, ela passa a apresentar variação de formas adquiridas por seleção e formas aprendidas via instrução, resultando, à primeira vista, em um processo de ‘mixagem’ (code-switching). A análise mostra, porém, que a variação no adulto pode se dar em um nível mais complexo do que o de mixagem, isto é, no de competição de gramáticas (Kroch 1994).

Palavras-chaves: clíticos, variação linguística, competição de gramáticas, escolarização

Key-words: clitics, language variation, grammar competition, schooling

The aim of the present article is to describe the grammatical variation found in the child before schooling, and in the literate adult, in a domain where a substantive diachronic change occurred in Brazilian Portuguese, namely in its clitic system. Our hypothesis is that, before schooling, the child will exhibit forms determined only by learning through selection, while after the beginning of schooling children will start to exhibit the forms learned both by selection and by instruction, resulting, at first sight, in a process of code-switching. The analysis shows, however, that the variation found in the adult can occur on a more complex level in the sense of Kroch’s (1994) grammar competition.

(Recibido: 25/04/2017; Aceptado: 20/05/2017)

1. O Problema

A língua-E do brasileiro contemporâneo manifesta variações em vários domínios, como seria de se esperar na visão de Labov (1972), cujo objetivo é o estudo da variabilidade inerente e a heterogeneidade sistemática na fala. Seu material de estudo é a Língua-E (externa e estensional), na nomenclatura de Chomsky (1986), investigada através de métodos quantitativos sofisticados. Para Labov, as variantes são necessariamente idênticas em referência e valor verdade, mas diferem em significado social e/ou *estilístico*.

Para Lavandera (1978), sociolinguista, não existe variação sintática. Para Kroch (1994), diacronista, existe variação sintática, mas esta envolve *competição de gramáticas* e não variação intralinguística. Numa perspectiva diacrônica, uma das formas em competição pode ser um resíduo da gramática anterior.

Tomemos como exemplo a perda do Princípio “Evite pronome”, que define uma língua de sujeito nulo (Chomsky 1981), estudado por Duarte (1993; 1995) no Português Brasileiro (PB). No século XIX, temos um exemplo típico do respeito radical a esse princípio, em que, conforme expectativa, não se encontram pronomes expressos, exceto nos casos de ênfase, contraste.

Já no exemplo (2), do século XX, temos o contrário: o que se encontra é o pronome expresso, ficando evidente que temos outra gramática. O exemplo (3) do mesmo século, por outro lado, apresenta variação pois o Princípio parece poder ser desrespeitado no início do discurso ou da sentença em contextos-chave nas línguas de sujeito nulo: encaixadas e contextos iniciais com um antecedente na mesma função na principal ou no contexto adjacente, como preferência pela realização do pronome em termos quantitativos.

- Século XIX

1. a. \emptyset_{2ps} terá o cavalo que \emptyset_{2ps} deseja. (*O simpático Jeremias*, de G. Tojeiro, 1918)
- b. \emptyset_{1ps} já ontem comprei-lhe_i o hábito com que \emptyset_i andará vestido. Assim \emptyset_i não estranhará. \emptyset_i Será frade feliz. (*O noviço* de Martins Pena, 1845)

- Século XX

2. a. Se eu ficasse aqui eu ia querer ser a madrinha. (No coração do Brasil, de M. Falabella, 1992)
- b. Você não entende meu coração porque você ‘tá sempre olhando pro céu e procurando chuva.
- c. Agora ele não vai mais poder dizer as coisas que ele queria dizer. (No coração do Brasil, de M. Falabella, 1992)

-Século XX

3. a. mas **ele**_i sentiu que \emptyset_i era o único novo ali, recém-casado.
- b. Nenhuma criança acha que \emptyset_i /ela_i é burra.

Vejamos agora o lugar da variação sintática na teoria gerativa. Seu objetivo primordial tem sido sempre o estudo da Gramática Universal. Inicialmente o objetivo em Chomsky era entender o que era invariável nas línguas naturais para daí se entender o que seria comum na espécie humana. É na sintaxe que se buscam as respostas pois, como diz Chomsky (2010), a variação possível nas línguas pertence ao componente *morfofonológico*, isto é, ao processo de externalização da computação interna. Para Chomsky e Lasnik (1977), é possível haver regras *estilísticas*, *mas estas ocorrem entre a Estrutura-S e a Forma Fonética (PF)*, pois não afetam o significado¹.

Mas, a partir da teoria de *Princípios e Parâmetros*, a teoria formal chomskiana (Chomsky 1981) volta-se para o estudo da variação interlinguística, que está hoje também na base dos estudos de aquisição da linguagem, entendida como a seleção do valor dos parâmetros que definem uma língua no contexto. É ainda com a teoria de Princípios e Parâmetros que a linguística chomskiana volta sua atenção para a mudança sintática, entendida como mudança no valor de um ou mais parâmetros.

¹ Um exemplo de regra estilística é “Movimento de constituinte pesado”. Para Saito e Fukui (1998) este movimento é opcional porque não é motivado por checagem.

(i) *Uma carta que praticamente anula o compromisso acaba de chegar.*
 (ii). *Uma carta acaba de chegar que anula o compromisso.*

Enquanto o material de estudo da sociolinguística é a língua-E, o material de estudo da gramática gerativa é a gramática nuclear (core grammar), definida a partir da fixação dos parâmetros pela criança. Metodologicamente, quando trabalha com a sincronia, o linguista gerativista trabalha basicamente com juízos do falante, extraídos experimentalmente. Isto, porém, não é possível se se trabalha com a diacronia. Nesse caso, a metodologia não difere da dos sociolinguistas, e o pesquisador se baseia na língua-E do falante, registrada em documentos escritos.

O objetivo do presente artigo é investigar a variação gramatical na criança e, onde possível, na língua-I do indivíduo, expressa em sua língua-E. Esse tipo de variação é um problema para se obter na teoria chomskiana, em especial no Minimalismo, que rejeita a opcionalidade nas derivações. Para Slobin (1997), a variação sincrônica entre *there's books on the table* e *there are books on the table*, a primeira que ele chama de normal e a segunda de prestígio ou desviante, são devidas ao que ele chama de *virus gramaticais*, um mecanismo capaz de ler e afetar as formas normais, sendo externos à gramática.

Nos exemplos vistos em (3), vemos casos desse tipo de variação na fala do indivíduo brasileiro, tanto na escrita quanto na fala. Nesse estudo faremos uso de grupos de indivíduos no período de escolarização, por entendermos que estes são necessariamente bastante uniformes em competência linguística, pois estamos tratando de indivíduos da mesma geração, do mesmo nível de escolarização e provavelmente da mesma classe social.

2. O fenômeno de mudança a ser utilizado

O PB sofreu uma ruptura em seu paradigma pronominal e flexional a partir da entrada do pronome *você*, cuja origem *vossa mercê* é um NP², com função de forma de tratamento usada para com o ouvinte. A substituição de *tu* por *você*, na maior parte do Brasil³, introduz o que Duarte (1993) chama, com base na tradição gramatical, de segunda pessoa indireta, por ela se associar à mesma flexão de terceira pessoa. Essa mudança provocou um rearranjo no paradigma pronominal e um efeito na morfologia flexional. Se a variação paramétrica é definida em termos de variação na morfologia e nas classes fechadas⁴, pode-se suspeitar que a substituição acima esteja na base das mudanças ocorridas no PB.

Na Tabela I abaixo podem ser vistas as mudanças nos clíticos e no paradigma dos possessivos por que está passando o PB em relação ao Português Clássico (PCL) e ao Português Europeu (PE)⁵:

PCL-PE				PB			
Acus	Dat.	Poss.	Indef.	Acus.	Dat.	Poss.	Indef.
<i>me</i>	<i>me</i>	<i>meu</i>		<i>me</i>	<i>me</i>	<i>meu</i>	
<i>te</i>	<i>te</i>	<i>teu</i>		<i>te</i>	<i>te</i>	<i>teu</i>	
<i>o/lo/no</i>	<i>lhe</i>	<i>seu</i>	<i>se</i>	<i>Ø/ele</i>	<i>pra ele</i>	<i>Ø/dele</i>	<i>Ø</i>

Tabela I. Paradigma dos clíticos, possessivos e indefinidos no PCL, PE e PB

² Cf. Kato e Duarte (no prelo).

³ Embora algumas das regiões do sul e do norte conservem, ainda, o pronome *tu*, a flexão distintiva de segunda pessoa foi perdida na fala informal (*Tu não vai na casa do Paulo?*).

⁴ É a concepção conhecida como “a conjectura Borer-Chomsky”.

⁵ Este estudo se limitará ao estudo dos clíticos acusativos.

Kato (1993) propõe que, ao lado das formas não-clíticas (*ele, para ele, dele*), o paradigma de clíticos do PB é constituído parcialmente de clíticos nulos para a terceira pessoa, que se superficializam como os chamados objetos nulos⁶.

4. a. Pegue o Snoopy e leve-**o** para o quintal.
- b. Pega o Snoopy e **Ø**-leva pro quintal.
- c. Pega o Snoopy e leva **ele** pro quintal.

Na Tabela II, de Kato, Cyrino e Correa (2009), a hipótese de Kato (1993) de que o objeto nulo tem o mesmo estatuto do clítico de terceira pessoa encontra confirmação diacrônica. A Tabela mostra que os clíticos de primeira e segunda pessoa não são afetadas pela mudança, mas que a terceira pessoa apresenta um decréscimo dramático, de 48% no fim do século XVIII para 4% em 1973. Além disso, a Tabela mostra que os pronomes fracos (Pron) *ele/ela/eles/elas*, que pouco apareciam no fim do século XVIII, passam a exibir 44% em 1973 em textos da mesma natureza.

Período	Cl1a	Cl2a	Cl3a	Neu- tro	Pron1a	Pron2a	Pron3a
16 th /1	29.0	29.4	34.8	6.8	-	-	-
16 th /2	30.6	12.6	43.3	13.5	-	-	-
17 th	20.3	16.4	52.3	11.0	-	-	-
18 th /1	36.5	19.3	37.8	6.4	-	-	-
18 th /2	40.1	15.8	37.0	7.1	-	-	-
1838-4	32.5	10.7	51.2	5.1	-	-	0.5*
1857	23.3	11.4	57.9	2.8	0.6*	-	4.0
1891	15.9	12.1	48.1	2.8	-	-	11.1
1940	49.1	22.4	26.7	-	0.9*	-	0.9*
1960	51.1	-	16.3	-	2.2*	11.9	18.5
1973	28.0	24.0	4.0**	-	-	-	44.0

OBS: * = uma ocorrência ** = plural Neu = neutro Pro = pronome não-obliquo

Tabela II. Distribuição de objetos clíticos e de pronomes fracos (*ele/ela*)
(apud Kato, Cyrino e Correa 2009; p. 253)

Além disso, uma evidência de que os objetos nulos no PB correspondem no PE a clíticos acusativos de terceira pessoa está nas traduções de sentenças do escritor brasileiro Paulo Coelho para o PE:

5. a. Se hoje eu me tornasse um monstro e resolvesse matar **Ø** uma por uma ... PB
- b. Se hoje eu me tornasse um monstro e resolvesse matá-**las** uma por uma ... PE
6. a. Tirou seu dinheiro do bolso e mostrou- **Ø** ao recém-chegado. PB
- b. Tirou seu dinheiro do bolso e mostrou-**o** ao recém-chegado. PE

Um dos efeitos da mudança no paradigma dos clíticos está nas construções com tópico na periferia. Enquanto o PE tem Deslocamento Clítico à esquerda (*Clitic Left Dislocation* - CLLD), comum nas línguas românicas, o PB tem Deslocamento a Esquerda (*Left Dislocation* - LD), de distribuição mais generalizada nas línguas.

7. a. *Este livro, ninguém o revisou ainda.* PE CLLD
- b. *Este livro, ninguém revisou **Ø** / **ele** ainda.* PB LD

⁶ Huang (1984) havia proposto o parâmetro do argumento nulo para línguas que permitiam sujeito e objetos nulos (cf. também Raposo 1986). Mas aqui seguimos a conjectura Borer-Chomsky de que parâmetros tem a ver com a morfologia e as categorias funcionais (cf. discussão em Biberauer 2008; Baker 2008) e não de uma propriedade abstrata que prediz um conjunto de propriedades, visão esta que ficou conhecida como a concepção “macroparamétrica vs uma visão micoparamétrica” (cf. Kayne 2005)

8. a. *Ao Manuel, telefonei-lhe ontem.* PE CLLD
 b. *O Manuel, eu telefonei para ele ontem.* PB LD

O PE recorre à LD apenas quando não há clítico disponível, como é o caso com certas preposições.

9. O Manuel, (eu) falei com ele ontem. PE PB

Essa mudança no nível morfológico foi acompanhada por uma mudança no nível sintático e no nível prosódico⁷. Os clíticos deixam de ter movimento longo (ex (10b) e (11)) (Pagotto 1993; Cyrino 1993) e a direção de cliticização muda da esquerda para a direita (Nunes 1993). A teoria de Nunes explica por que, no PB de hoje, temos próclise generalizada, enquanto no PE a cliticização é sempre para a esquerda, mesmo em casos em que o hospedeiro não é o verbo e onde temos aparente próclise⁸.

10. a. João queria [ver-te]. PE
 b. [Quem te] queria ver? PE
11. a. João queria [te ver]. PB
 b. Quem queria [te ver]? PB

A cliticização para a esquerda do PE condicionava o clítico a manifestar um *onset* consonantal, enquanto no PB a cliticização à direita não acarretava essa assimilação e daí a perda desses clíticos mesmo com *onset* consonantal. Na escrita, o PB mantém os clíticos nesse caso, com o *onset* [l], em variação com o pronome reto fraco.

- | | |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| PE | PB escrito/ PB falado |
| 12. a. Os meninos viram-na.
b. As meninas vão ve(r)-lo. | 13. a. Os meninos a viram / viram ela.
b. As meninas vão vê-lo / ver ele. |

Kato (1994a) sugere que o PB começa a implementar o uso dos pronomes retos *fracos* *ele/ela/eles/ela*, na posição de objeto de verbo e de preposição, através do redobro clítico, porém com clítico nulo e o tópico à direita (*Clitic Right Dislocation CLR*), como se pode ver nos exemplos em (13 a. e b.). Com o clítico nulo, o que se obtém é (13c), que tem subjacente uma estrutura de redobro.

- | | |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| 13. a. Eu te amo você.
b. Me põe eu em cima.
c. Eu Ø-vi ele. | (Caetano Veloso)
(linguagem infantil)
(Kato 1994) |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|

Uma outra mudança, ainda no paradigma dos clíticos, é a perda do *se* passivo e do *se* indefinido/genérico (Nunes 1991)⁹. No seu lugar, temos hoje um sujeito nulo à esquerda do verbo, que se seguiu à próclise generalizada no PB.

14. a. Vende-se casa. PE
 b. Se vende casa. PB
 c. Ø Vende casa. PB

⁷ Provavelmente, a causa primeira dessas mudanças tenha sido a prosódica.

⁸ No caso do verbo vir precedido de elementos afetivos (negação, quantificadores, elemento-wh) a próclise é em relação a esses elementos e não ao verbo.

- (i) O João ama-me. (ii) a. João não me ama.
 b. Ninguém me ama.
 c. Quem me ama?

⁹ V. também Naro (1976); Galves (1986); Cavalcante (2006); Lunguinho e Medeiros Jr (2009) e Vargas (2012).

A tabuleta de anúncio de venda de casa mostra essa variação em todo lugar¹⁰. Enquanto os clíticos nulos referenciais têm traços-phi como qualquer outro clítico, este nulo indefinido, seguindo Kato e Duarte (no prelo), será analisado como um Nome nulo, correspondente ao pronome indefinido *one*, no inglês, ou *on*, no francês.

Outra mudança nesse domínio é a concordância. Se o DP que se seguia ao verbo era plural, o verbo com ele concordava¹¹. A mudança reanalisa o *se passivo* como *se* indefinido, ficando o verbo sempre no singular. Além disso, entra em cena também o sujeito nulo arbitrário de (15c) (Galves 1986). Da mesma época é a introdução dos Nomes nus, como vemos em (15c):

- | | |
|-----------------------------------------------------------|----|
| 15. a. Compram-se discos usados. Compra-se discos usados. | PE |
| b. Se compra discos usados. | PB |
| c. [Ø] _{arb} compra disco usado. | PB |

Entidades com referência genérica/arbitrária eram categoricamente lexicalizadas com o clítico *se* até a metade do século XX (cf. Vargas 2012). Atualmente a indeterminação se faz também com a categoria vazia (zero), estratégia ainda rara nas peças consultadas por Vargas (Gráfico abaixo), ou com construções pessoais, com o pronome de segunda pessoa, já plenamente gramaticalizado (*vo*)cê, ou ainda com a primeira pessoa plural *a gente* (Kato e Tarallo 1986), ambos assumindo, além da referência definida, a referência indeterminada¹².

- | | |
|--------------------------------------|----|
| 16. a. Ø Põe dois ovos e bate bem. | PB |
| b. Você põe dois ovos e bate bem. | PB |
| c. A gente põe dois ovos e bate bem. | PB |

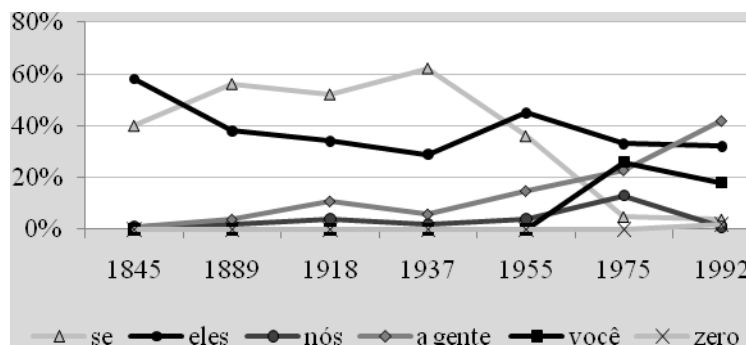


Gráfico 1. Distribuição dos sujeitos de referência indeterminada por período de tempo em sentenças finitas (Apud Vargas 2012)

Na próxima seção, veremos como a criança e o escolar lidam com as inovações e com a gramática do século XIX ainda prescrita pela escola. Na seção 4, discutiremos como se manifesta a língua-E do falante adulto letrado com relação aos clíticos acusativos de terceira pessoa, através da qual podemos afirmar qualquer coisa sobre a língua-I do brasileiro letrado.

¹⁰ A prescrição escolar dita que não se deve começar a sentença com clítico (Vide também o *Manual do Estado de São Paulo* sobre a posição dos clíticos), donde a escassez da forma (15b).

¹¹ No PE há variação na concordância.

¹² Excluímos deste trabalho o sujeito nulo com o verbo na terceira pessoa do plural, construção essa que não inclui o falante e que apresenta distribuição bastante regular no gráfico 1; a mudança verificada por Vargas (2012) é a variação na realização fonética do pronome, acompanhando o que se observa nos sujeitos de referência definida.

- (i) a. [Ø] bateram na porta.
b. Eles estão asfaltando a Linha Vermelha.

3. A variação sintática na criança

A hipótese que sustenta esta seção é que a criança não reassenta o valor do parâmetro até ela completar a aquisição da gramática nuclear (core grammar)¹³. Além disso, se aceitarmos que quem opera a mudança linguística é a criança (Lightfoot, 1991), em sua gramática nuclear ela teria apenas as formas inovadoras (o clítico nulo, ou objeto nulo, e o pronome reto), mas não teria clíticos de terceira pessoa ainda preservados na escrita institucionalizada e de baixa ocorrência na fala. A hipótese é que ela venha a adquiri-los com a escolarização.

O estudo de Correia (1991) mostra que os fósseis gramaticais, a saber os clíticos de 3ª pessoa, só começam a aparecer na fala na 5ª série do primeiro grau¹⁴. Além disso, as percentagens do adulto analfabeto são muito próximas daquelas das crianças em início de escolarização. Nos dois casos, o objeto nulo tem a ocorrência mais alta (68% no analfabeto e 73% na criança dos primeiros anos escolares nas narrativas orais. O percentual dos pronomes retos também é bem similar (26% no analfabeto e 24% nas crianças do 1º e do 2º graus). Temos aí a evidência de que nos dois casos temos ainda a gramática nuclear adquirida via assentamento de parâmetro e ainda não afetada por “input” via instrução.

	Analfabeto		1º/2º		3º/4º		5º/6º		7º/8º ^b		Universit.	
	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Objeto nulo	68	26	73	62	76	63	72	67	72	72	65	19
Pronome reto	26	10	24	21	9	7	18	17	21	21	7	2
DP	5	2	3	3	15	12	8	7	7	7	14	4
Clítico	-	-	-	-	-	-	2	2	1	1	14	4
		38		86		82		93		101		29

Tabela 3. Narrativas orais: percentagem de objetos diretos anafóricos conforme nível Educacional (Adaptado de Corrêa (1991, Capítulo II))

Na escrita, a criança mostra consciência de que deve evitar o pronome reto (8%) e usa DPs anafóricos, em seu lugar (33%), enquanto o objeto nulo aparece ainda com alta frequência, mostrando que a escola não inibe seu uso. O clítico, porém, só começa a aparecer a partir da 3ª série.

	1º/2º		3º/4º		5º/6º		7º/8º		Universit.	
	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Objeto nulo	59	23	64	21	48	33	52	29	10	2
Pronome reto	8	3	6	2	14	10	11	6	-	-
DP	33	13	18	6	13	9	5	3	5	1
Clítico	-	-	12	4	25	17	32	18	86	18
		39		33		69		56		21

Tabela 4. Textos escritos: % de objetos diretos anafóricos conforme nível Educacional (Adaptado de Corrêa (1991, Capítulo II))

Vejamos agora as posições em que os clíticos aparecem na escrita dos escolares no processo da escolarização. Podemos dividi-las em três tipos:

- a) posições que se conformam com a gramática da escrita atual
- b) posições que se conformam com a gramática nuclear
- c) Posições que não se conformam com nenhuma delas.

¹³ Veja, entre outros, (Dresher 1999).

¹⁴ É importante lembrar que o PB vem perdendo o sujeito nulo em textos escritos de peças de teatro desde os anos 1930 (Duarte, 1993), o que sugere se tratar de um fenômeno já em curso na virada do século XIX, e que, no estudo de Magalhães (2003), a autora mostra que a criança não tem sujeitos nulos referenciais antes da escolarização, vindo a adquirir as propriedades da gramática perdida também a partir da 5ª. série.

No primeiro tipo, temos os casos da presença do clítico *o/a*, ausentes na gramática nuclear, mas que quando aparecem seguem o direcionamento da cliticização do PB –próclise --, quando o padrão do PE seria a ênclise ao verbo em (17b) e a ênclise à negação em (18b):

- | | |
|------------------------------|-----------|
| 17. a. Ele [apagou] | (3º grau) |
| b. [Pegou-a] | PE |
| 18. a. Ela nem [a conheciam] | (3º grau) |
| b. Ela [nem a] conhecia | PE |

A ênclise segue imediatamente depois, mas ela ocorre principalmente no infinitivo, com o *onset* consonantal (*lo/la*). Embora o escolar tenha adquirido os itens lexicais da nova gramática, para usá-los terá que violar a direção de cliticização de sua gramática nuclear, ou L1.

- | | |
|------------------------------------------------|------------|
| 19. a. O guarda foi buscá-lo. | (5ª série) |
| b. Ela olhava pra carteira, tentava agarrá-la. | (6ª série) |
| c. O garçon foi servi-las. | (8ª série) |

No terceiro grupo estão as formas consideradas “erros” ou “hipercorreções”, mas que constituem posições possíveis na diacronia do português, como casos de movimento longo do clítico (ex. (20a), com próclise ao auxiliar, interpolações (ex. 20b) (movimento do clítico por cima da negação), e redobro do clítico (20c), este apenas no início da escolarização:

- | | |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------|
| 20. a. a tal moça a tinha pegado. | (3ª série) (movimento longo do clítico) |
| b. ...mas eu vi que ela o não conhecia. | (7ª série) (interpolação) |
| c. ...para o identifica-lo. | (5ª série) (redobro clítico) |

Isso nos leva a indagar se, apesar da aquisição dos clíticos ter sido via instrução, a GU não estaria ainda ativa uma vez que essas formas em (20) não estariam presentes no ‘input’ escolar, mas existiram em gramáticas passadas. Note-se que a produção da próclise ao verbo temático, ao contrário da ênclise, é muito mais natural e não apresenta problemas de hipercorreção, uma vez que ela é parte de nossa competência e não das normas aprendidas na escola.

Concluindo, podemos pressupor que, com exceção da variação entre o objeto nulo e o pronome reto, a variação na criança começa, em geral, com o início da escolarização com formas adquiridas em sua gramática nuclear e variantes fornecidas pela escola.

Á casos, porém, de crianças expostas a ambientes altamente letrados, com pais que regularmente leem para os filhos, sem haver instrução de regras, situação em que a criança já pode exibir variação¹⁵.

4. A variação atestada na língua-E do adulto letrado

Uma vez que a escrita institucionalizada é conservadora, mas não tem o conhecimento técnico da linguística moderna, uma pergunta que se coloca é: quanto a escola recupera das perdas conforme a gramática dos clíticos dos séculos passados? Kato, Cyrino e Correa (2009) respondem a essa questão com a Tabela 5.

¹⁵ É, por exemplo, o caso de Fabiana (cf. Browne-Rego 2002), estimulada a reproduzir estórias lidas para ela. O interessante é que o sujeito se limita ao clítico com *onset* consonantal em ambientes não adequados a esses clíticos.

(i) a. *E botou-la na sua janela.*
 b. *...pegou a flor e plantou-la no jardim.*

	<i>Universitários</i>		<i>Peças de teatro</i>		
	Oral	Escrita	XVIII	XIX	XX
Clíticos	14	86	82	50	11
Objetos-nulos	65	10	18	46	83
DPs	15	5	0	0	0
Pronomes	7	0	0	4	6

Tabela 5: Porcentagens sincrônicas e diacrônicas do tipo de objeto direto de 3ª pessoa (Apud Kato, Cyrino e Correa 2009)

Olhando apenas para clíticos e pronomes retos, verifica-se que o universitário atinge, na escrita, um desempenho similar ao falante do século XVIII, retratado por autores de peças de teatro, a saber, acima de 80% de clíticos, entre 10% e 18% de objetos nulos e ausência de pronomes retos. Na fala, porém, o nosso universitário se assemelha ao falante, não necessariamente universitário, do século XX. Além disso, o objeto nulo é usado na escrita pelo universitário, substituindo os DPs e o pronome reto, este último mais estigmatizado pela escola, por ser mais facilmente percebido.

Pode-se supor, através da língua-E falada dos nosso universitário, que a língua-I do brasileiro letrado mantém variação entre a gramática adquirida como sua gramática nuclear (objetos nulos e pronomes-retos) e a gramática aprendida via escolarização (clíticos). Mas a variação refletida na sua língua escrita revela uma superaprendizagem das normas da escrita, com presença de clíticos superior aos autores do século XVIII, e ausência de pronomes retos.

Além disso, na Tabela 6, referente à língua escrita, vê-se que a ênclise supera o percentual da próclise, embora a posição dos clíticos seja determinada pela prosódia da língua em termos de direção de cliticização.

	1º/2º	3º/4º	5º/6º	7º/8º	Univers.	Total
Próclise	-	4	1	4	6	15
Ênclise	-	-	13	14	12	39
Redobro	-	-	3	-	-	3

Tabela 6. Textos escritos: posição dos clíticos acusativos de 3ª pessoa conforme Escolarização (Apud Kato, Cyrino e Correa 2009)

Dada a frequência do uso de clíticos do nosso universitário, poderíamos nos perguntar se ele recupera a gramática da época clássica. Ou poderíamos dizer que ele faz uso de duas gramáticas em competição, num processo de “code-switching”, (alternância de códigos). Acontece, porém, que, a recuperação da forma morfológica dos clíticos não o levou à recuperação da sintaxe desses clíticos, em particular do movimento dos clíticos à longa distância, que produz ênclise, não ao verbo temático, mas a algum outro elemento:

21. a. [Quem o] não ama..... PCL
 b. João [tem-te] amado sempre. PCL

Apenas no uso dos clíticos *lo/la/los/las* o nosso universitário respeita a morfologia e a direção de cliticização do Português Clássico e do PE.

Outro exemplo citado por Corrêa (1997) de um aprendiz do primeiro grau, mas que é comum encontrar mesmo em adultos, em textos jornalísticos, está em (22):

22. a tal moça [a tinha] pegado. (3ª série)

Embora para nós brasileiros esse exemplo soe como pertencente ao PE, a sentença correspondente no vernáculo português seria (24). Em (22) temos cliticização à direita, mas a um verbo auxiliar o que não é da gramática do PB, enquanto no PE, em (23), a cliticização ao auxiliar é para a esquerda.

23. a tal moça [tinha-a] pegado. PE

Conclui-se, então, que na língua-I do brasileiro letrado, embora o léxico seja da gramática antiga (*o/a/os/as - lo/la/los/las*), a sintaxe é brasileira. Os casos mais típicos são os da ênclise com *onset*. Os escolares, incluindo o universitário, se utiliza dos pronomes clíticos *lo/la*, nos ambientes de consoante líquida, respeitando o requisito fonológico, mas desobedecendo outra vez a direção de cliticização do PB. Os ambientes de consoante nasal (*levaram-no*) só a escrita de letrados muito experientes consegue alcançar a sintaxe portuguesa.

5. O conceito de “code-switching” (CS)

Desde Kato (2011), venho defendendo que a aquisição da escrita no PB envolve o fenômeno de aquisição de uma segunda gramática e que o falante do PB faz uso do processo de CS entre a gramática do século XX e a gramática de séculos anteriores.

Antes de continuarmos nessa hipótese, vejamos o que os estudiosos nessa área dizem sobre esse processo. Vou começar com os estudos de Sankoff e Poplack (1981), que desenvolveram um dos maiores projetos sobre CS no Canadá na década de oitenta e depois vou utilizar um artigo meu em que analiso o fenômeno de CS entre o PB e o inglês, de um lado, e o PB e o japonês, de outro.

Definindo CS, Poplack (1980) diz o seguinte:

- a) o CS é uma manipulação hábil de seções sobrepostas de duas (ou mais) gramáticas ...
- b) no CS são feitas inserções de segmentos maiores do que apenas uma palavra numa sentença; o CS não é um recurso apenas para inserir itens não-traduzíveis em determinada língua.

Reyes (1982) também distingue entre *borrowing* (empréstimo) e CS, o primeiro restrito a um só vocábulo.

Mas, estudando o fenômeno de CS em *e-mails*, entre PB e Inglês, em um sujeito fazendo mestrado nos Estados Unidos, Kato (1994b) observou o seguinte: ao contrário do que dizem Poplack e Reyes, seu desempenho hábil pode ocorrer tanto com um item lexical, como nos exemplos em (24), quanto com sequências maiores como em (25):

- 24. a. Hoje vou para Michigan **again** e idem **tomorrow**.
- b. Vou para casa comer porque estou **starving**.
- c. Ele me falou desse pupilo do Rostropovitch, **named** XXX.
- d. A **cafeteria** é horrível e a comida **disgusting**.

- 25. a. e a moça confirmou duas vezes que o trem estava **on time**.
- b. Os dois são uns amores, **very caring about their students**.
- c. E que de certa forma **to spend** dois anos da minha vida aqui vai ser **um waste of time**.

O que Kato mostra é que, se as línguas envolvidas são sintaticamente muito distantes, aí sim, o CS parece se restringir mais a itens isolados, como é no caso de CS entre português e japonês, mas mesmo nesses casos é possível fazer CS de segmentos longos quando o falante é um bilíngue hábil:

26. Eu não quero um emprego **abunai**.
eu não quero um emprego perigoso

27. A moça confirmou duas vezes que o trem estava **jikan dori**
a moça confirmou duas vezes que o trem estava horário de-acordo

O que parece restringir a alternância de uma língua para a outra é a congruência entre palavras e morfemas funcionais, ou mais ainda, flexionais, dentro de uma mesma predicação. Assim, no contraste abaixo, (28a) é ruim, mas (28b) é boa, porque, a primeira tem o sujeito com o artigo em português, mas o predicado aparece com a flexão em japonês. Já em (29b), que é boa, o sujeito aparece com o morfema de nominativo em japonês e a flexão do verbo em japonês.

28. a. *A *vovó* **netá**.
a *vovó* dormi-u
b. *Vovó-ga* **netá**.
vovó-nom dormi-u

Isso confirma a afirmação de Sankoff e Poplack de que os itens funcionais determinam a estrutura sobre a qual se faz inserções em outra língua.

Kato conclui o seu trabalho sobre CS dizendo que o processo de CS não é condicionado apenas pela sintaxe, mas também pela prosódia, embora muitas vezes ambas estejam relacionadas.

Vejamos agora se podemos dizer que o brasileiro, ao aprender os clíticos da gramática da escrita, faz um tipo de CS. Tomemos exemplos vistos em (17a) e em (19c), aqui repetidos como (29a e b):

29. a. ele [apegou]. (3ª série)
b. O garçon foi [servi-las]. (8ª série)

Note-se que desde o primeiro grau o aprendiz já distingue os alomorfes *o/lo* e que o direcionamento da cliticização é para a direita, ao verbo temático, mas à esquerda no caso do clítico com *onset*.

Nos exemplos seguintes, todavia, vê-se que a posição do clítico sem o *onset* consonantal é variável: em a. é proclítico ao verbo auxiliar (*a-tinha*), e em b. é proclítico à negação (*o-não*), enquanto em (29a) era procítico ao verbo temático (*a-pegou*). O que o aprendiz faz é simplesmente inverter a direção de cliticização, em relação ao PE, sem a restrição no PB de que a próclise é sempre cliticização à direita somente ao verbo temático, porque o PB perdeu o movimento longo do clítico.

30.a. *a tal moça [**a** tinha] pegado. (3ª série) (movimento longo do clítico)
b. *...mas eu vi que ela [**o** não] conhecia. (7ª série) (interpolação)
c. *...para **o** identifica-lo. (5ª série) (redobro clítico)

A gramática nuclear do PB prevê que no contexto de (31a) o clítico tem que ser nulo e que o objeto, quando necessário, tem que vir como um pronome reto. Os novos clíticos *o/a/os/as* não conseguem respeitar a posição determinada pelo movimento longo do clítico e pela direção de cliticização.

31. a. ? a tal moça tinha [a pegado].
b. ?...para o identificar.

Para a gramática nuclear do PB, as formas possíveis seriam:

32. a. a tal moça tinha Ø-pegado.
b. a tal moça tinha Ø-pegado **ela**.

O que ocorre, portanto, é que, embora o aprendiz da gramática da escrita domine a morfologia dos clíticos, ele não obedece ainda à prosódia e à sintaxe, e a própria prescrição não tem uma saída pra esses casos.

Nota-se, em jornais e em escrita de universitários, que raramente se encontram as formas abaixo, embora a prescrição aconselhe cliticização ao auxiliar¹⁶, prescrição essa que viola, contudo, a direção de cliticização, que para o PB é para a direita.¹⁷

33. a. ?a tal moça tinha **o** pegado.
b. ?a tal moça tinha-**o** pegado.

Conclusões

No presente trabalho levantamos a hipótese anterior de Kato (2011), de que a aprendizagem da escrita é como a aprendizagem de L2 e que o falante letrado se comporta como um bilíngue em processo de CS, sendo a variação o resultado desse processo. A análise dos fatos aqui apresentados nos leva a manter que a aprendizagem da nova gramática é definida parcialmente em termos de assentamento de parâmetros da GU.

Se propusermos que o direcionamento da cliticização é um dos parâmetros que define uma língua, e que ele define parcialmente a posição dos clíticos, podemos dizer que a aquisição dos clíticos sem *onset* consonantal seguiu inicialmente o direcionamento para a direita para depois seguir a ordem prescrita, à esquerda (*ele a pegou* vs *ele pegou-a*). Porém por volta da 5ª série, ao começar a produzir o clítico com *onset* consonantal, voltamos a ter a posição determinada pela cliticização à esquerda (*o guarda foi buscá-la*), o que mostra uma aprendizagem via instrução. Aí temos também casos de produção de redobro de clítico (...*para o identificá-lo*), provavelmente motivada pelo conflito entre assentamento paramétrico e instrução.

A língua-I do brasileiro letrado deve ter, portanto, um bom componente da sua gramática nuclear, como na criança, que se manifesta principalmente na língua oral informal, com um processo de cliticização à esquerda ou com alternativas via pronomes retos e, principalmente, objetos nulos, como mostram estudos realizados em diferentes regiões do país (cf. Duarte e Ramos 2015). Na língua escrita, porém, o adulto letrado terá uma periferia que consiste de processos de uma gramática mais antiga, como, por exemplo, o direcionamento de cliticização à esquerda (*o garçon foi servi-las*) (8ª série).

Sobre a possibilidade de CS no caso de clíticos, é difícil imaginar esse tipo de processo já que os clíticos são essencialmente palavras funcionais enquanto tanto o empréstimo quanto o CS são processos que envolvem mais as palavras substantivas.

¹⁶ No *Manual de Redação e Estilo* do Estado de São Paulo diz-se (p. 239) “Nunca use o pronome oblíquo depois do participio... Nesse caso, o pronome só pode ligar-se ao verbo auxiliar.”, que seria a norma portuguesa.

¹⁷ Em (33a) temos violação da prescrição em nota 16 e em (33b) temos violação da direção de cliticização do PB.

Podemos, ainda assim, imaginar um caso, não de CS, mas um caso de *doublet* sintático com os clíticos no exemplo (35a), em que na mesma sentença temos os dois tipos de direcionamento. Para não ter essa competição de gramáticas deveríamos ter (34b.), que é a forma que produziríamos na fala informal ou formal

34. a. Ele [a pegou] no colo antes de [colocá-la] no berço.
 b. Ele pegou **ela** no colo antes de colocar (**ela**) no berço.

Para finalizar, podemos dizer que, enquanto a morfologia e a prosódia adquiridas por seleção são automáticas e inconscientes (34b), aquela adquirida via instrução (34a) constitui uma morfofonologia “estilística” e precisa ser apreendida como a morfologia de polidez em muitas línguas como o japonês, sendo parte de um discurso monitorado.¹⁸

Referências

- Baker, M. C. 2008. The macroparameter in a microparametric world, em Th. Biberauer (ed.), *The Limits of Syntactic Variation*, Amsterdam/Philadelfia, John Benjamin's: 351-373.
- Biberauer, Th. (ed.). 2008. Introduction, em Th. Biberauer (ed.), *The Limits of Syntactic Variation*, Amsterdam/Philadelfia, John Benjamin's: 1-74.
- Browne-Rego, L. 2002. Descobrimos a língua escrita antes de aprender a ler: algumas implicações pedagógicas, em M. A. Kato (org.), *A Concepção da Escrita pela Criança*. Campinas, Pontes Editores: 105-134.
- Cavalcante, S. R. O. 2006. O uso de *se* indefinido na história do português: Do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos. Tese de Doutorado, UNICAMP. Inédita.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht, Foris.
- _____. 1986. *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use*, New York, Praeger.
- _____. 2010. Some simple evo devo theses: how true might they be for language, em R. K. Larson, V. Deprz e H. Yamakido (orgs.), *The Evolution of Language: Biolinguistic Perspectives*, Cambridge, Cambridge U. Press: 92-116.
- Chomsky, N. e H. Lasnik. 1977. Filters and control, *Linguistic Inquiry*, 15: 3-129.
- Corrêa, V. 1991. O Objeto Nulo no Português do Brasil. Tese de Mestrado, UNICAMP. Inédita.
- _____. 1997. Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no Português do Brasil. Tese de Doutorado, UNICAMP. Inédita.
- Dresher, E. 1999. Charting the learning path: cues to parameter setting, *Linguistic Inquiry* 30: 27-67.
- Duarte, E. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil, em I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português brasileiro: uma Viagem Diacrônica*, Campinas, Editora da Unicamp: 107-128.
- _____. 1995. A perda do princípio “Evite pronome” no Português Brasileiro. Tese de Doutorado, UNICAMP. Inédita.
- Duarte, M. E. L. e J. Ramos. 2015. Variação nas funções acusativa, dativa e reflexiva, em M. A. Martins e J. Abraçado (orgs.), *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*, São Paulo, Contexto: 173-195.
- Cyrino, S. 1993. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos, em I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*, Campinas, Editora Da Unicamp: 163-184.
- Galves, C. 1986. Aluga(-se) casas: *Um problema de sintaxe portuguesa na teoria de regência e vinculação*, Campinas, *Predição 2*.

¹⁸ Nesse caso, a colocação se daria no caminho para a Forma Fonética (PF), segundo Chomsky e Lasnik (1977)

- Huang, J. 1984. On the distribution and reference of empty pronouns, *Linguistic Inquiry*, 15: 531-574.
- Kato, M. A. 1993. The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese, em W. Ashby, M. Mithun, G. Perissinoto e E. Raposo (eds.), *Linguistic Perspectives on Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages*, Amsterdam, John Benjamins: 225-235.
- Kato, M. A. 1994a. A theory of the null object and the development of a Brazilian child grammar, em R. Tracy e E. Lattey (eds.), *How Tolerant is Universal Grammar*, Tübingen, Niemeyer: 125-153.
- Kato, M. A. 1994b. Metalinguistic reflections on Code-Switching, em L. Barbara e M. Scott (orgs.), *Reflections on Language Learning*, Clevedon, Multilingual Matters: 122-137.
- Kato, M. A. 2011. Acquisition in the context of language change: the case of the null subject in Brazilian Portuguese, em E. Rinke e Tanja Kupisch (eds.), *The Development of Grammar: Language acquisition and diachronic change (In honour of Jürgen M. Meisel)*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins: 309-320.
- Kato, M. A., S. Cyrino e V. Correa. 2009. Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling, em A. Pires e J. Rothman (Eds.), *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter: 245-272.
- Kato, M. A. e M. E. Duarte. no prelo. A codificação dos juízos tético e categórico no português brasileiro, em A. Boechat de Medeiros e A. I. Nevins (orgs.), *O Apelo das Árvores*. s/e.
- Kato, M. A. e F. Tarallo. 1986. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese, em O. Jaeggli e C. Silva-Corvalán (eds.), *Studies in Romance Linguistics*, Dordrecht, Foris: 343-358.
- Kayne, R. 2005. Some notes on comparative syntax, with special reference to English and French, em G. Cinque e R. Kayne (orgs.), *The Oxford Handbook of Comparative Syntax*, Oxford, OUP: 3-69.
- Kroch, A. 1994. Morphosyntactic variation, em K. Beals et al. (eds.), *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society Vol. 2: Parasession on Variation and Linguistic Theory*, Chicago, Chicago University Press: 180-201.
- Labov, W. 1972. *Sociolinguistic Patterns*, Filadelfia, University of Pennsylvania Press.
- Lavandera, B. 1978. Where does the sociolinguistic variable stop?, *Language in Society* 7: 171-82.
- Lightfoot, D. 1991. *How to set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge Mass, The MIT Press.
- Lunguinho, M. V. e P. Medeiros Junior. 2009. Inventou um novo tipo de sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro, *Revista de Estudos em Língua e Literatura*, 23: 147-191.
- Magalhães, T. 2003. Aprendendo o Sujeito Nulo na Escola, Tese de Mestrado, UNICAMP. Inédita.
- Naro, A. 1976. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon, *Language*, 52: 779-811.
- Nunes, J. 1991. *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro, *Caderno de Estudos Linguísticos*, 20: 33-58.
- _____. 1993. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto no português brasileiro, em I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas, Editora da Unicamp: 207-222.
- Pagotto, E. 1993. Clíticos, mudança e seleção natural, em I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas, Editora da Unicamp: 185-206.
- Poplack, S. 1980. Sometimes I'll start a sentence in Spanish y termino en español: toward a typology of code-switching, *Linguistics* 18, 7/8: 581-618.
- Raposo, E. 1986. On the null object in European Portuguese, em O. Jaeggli e C. Silva-Corvalán (eds.), *Studies in Romance Linguistics*, Dordrecht, Foris: 373-390

- Reyes, R. 1982. Language mixing in Chicano Spanish, em J. Amastae e L. Elías-Olivares (orgs.), *Spanish in the United States: Sociolinguistic Aspects*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Saito, M. e E. N. Fukui. 1998. Order in phrase structure and movement, *Linguistic Inquiry*, 29, 3: 439-474.
- Sankoff, D. e S. Poplack. 1981. A formal grammar for code-switching, *International Journal of Human Communication*, 14: 3-44.
- Slobin, I. 1997. Agreement, default rules, and grammatical viruses, *Linguistic Inquiry*, 28, 2: 318-343.
- Vargas, A. S. C. 2012. A evolução na representação das estratégias pronominais de indeterminação, em M. E. Duarte (org.), *O Sujeito em Peças de Teatro (1833-1992): Estudos diacrônicos*, São Paulo, Parábola.